

---

## Resumo.

*O ano de 1995 foi o Ano Internacional da Tolerância (UNESCO). No decorrer da história do pensamento foram feitas diferentes abordagens filosóficas relativas à tolerância. Ainda hoje o tema continua pertinente e de importância para a filosofia social. No sentido antropológico-filosófico o ser humano se caracteriza como um ser que se orienta nos horizontes da tolerância ou da intolerância?*

*Em diversas épocas históricas foram feitas tentativas para se comprometer os homens, no nível político/social/religioso, com tratados de tolerância. Como valorar os princípios que nortearam estas "cartas" ou "tratados" de tolerância?*

*Será possível oferecer princípios universais conclusivos como condições necessárias para o compromisso de todos os homens com a tolerância?*

---

---

\* Comunicação feita no VII Encontro Nacional da ANPOF, em Águas de Lindóia / SP, de 20 a 23 de outubro de 1996.

\*\* Inácio Strieder é Professor do Mestrado em Filosofia da UFPE.

O ponto de partida mais invocado para se discutir a questão da tolerância e da intolerância é o iluminismo. Romilli escreve o verbete sobre a tolerância na “*Encyclopédie*”. É um verbete interessante, mas nem tão tolerante assim em relação aos ateus. Voltaire, no “*Dicionário Filosófico*”, declara que a tolerância é “o apanágio da humanidade” e o “único remédio para o mal das discórdias”. Para Voltaire, por natureza, todos somos cheios de fraquezas. Por isto, é necessário que mutuamente nos perdoemos as nossas besteiras. Ninguém deveria impor aos outros suas opiniões, seus dogmas. Como exemplo, refere-se às Bolsas de Valores de Amsterdã, Londres, ou qualquer outra parte do mundo, onde judeus, árabes e cristãos se entendem muito bem, Ali, como diz Voltaire, ninguém levanta o punhal para ganhar almas para a sua religião.

Tradicionalmente a questão da tolerância, respectivamente da intolerância, é um problema que se situa no nível das idéias, da doutrina, da mundividência, e não no nível da ação. Trata-se, portanto, de uma tolerância ideológica, no nível das opiniões. Na história religiosa verifica-se que hereges não eram os que declaravam guerras, nem os homicidas, estupradores ou seqüestradores, mas os que pensavam diferentemente da doutrina oficial. Por exemplo, um fabricante de queijo, na Itália medieval, durante toda a sua vida pôde produzir queijos furados, sem problema, mas quando começou a explicar para seus fregueses que o universo era um queijo furado, teve problemas com a inquisição, e foi ameaçado com a fogueira.

Um viajante dos primeiros tempos da colonização brasileira escreve em seu relato que, por aqui, havia algumas tribos indígenas cuja língua não tinha nem “l”, nem “r”, nem “f”, por isto estes índios não tinham nem lei, nem rei, nem fé. O que, para ele, era abominável e legitimava, eventualmente, uma guerra justa. Não se considerava o que os índios faziam, nem se eram pacíficos, mas o que se supunha estar em suas cabeças. Voltaire, e os iluministas em geral, queriam ser os homens mais tolerantes

do mundo, sustentando que ninguém deveria impor aos outros suas opiniões e seus dogmas, pois isto gerava a intolerância, as guerras religiosas, as cruzadas e as inquisições. Com este pressuposto, Voltaire é virulento contra as superstições, que ele encontra especialmente nas instituições judaicas, fixadas no Antigo Testamento, e nos dogmas das Igrejas.

A partir destas considerações, no nível ético, qualifica-se a tolerância como virtude e a intolerância como irracionalidade. Evidentemente, os Iluministas tinham “n” razões para insistir na tolerância e se escandalizar com as intolerâncias da humanidade. Mas como garantir que a proposta da tolerância não seria apenas mais uma opinião entre as opiniões, que não se devem impor aos outros? O que nos autoriza a fixar o limite entre o tolerável e o intolerável? Quais as bases para declararmos que isto ou aquilo é superstição, portanto abominável, irracional, falso e intolerável?

Voltaire buscava na história os exemplos para legitimar a sua luta contra as intolerâncias. Nesta exemplificação recorreu, de forma privilegiada, a textos do Antigo Testamento, que invoca a favor de sua argumentação. Muitas das interpretações de tais textos são, no entanto, mais panfletárias do que rigorosamente exegéticas. Por isto irritaram, profundamente, as lideranças judaicas do século XVIII. Em nome da tolerância, lideranças judaicas de vários países da Europa escrevem cartas a Voltaire, sugerindo-lhe a retificação de suas interpretações equivocadas. Estas Cartas Judias a Voltaire, em 3 volumes, já em 1781, estavam em sua 5ª edição na França. Nelas os judeus demonstram a Voltaire que ele baseava sua tolerância, muitas vezes, em argumentos preconceituosos e mentirosos. O que, evidentemente, não poderia ser a base para uma verdadeira tolerância. Voltaire, muito irritado com estas cartas, de fato, nunca conseguiu se desfazer da acusação dos judeus.

Embora as denúncias dos Judeus demonstrem inequívocas manipulações conceituais e históricas de Voltaire,

isto não invalida a luta de Voltaire e dos Iluministas em favor da Tolerância. Mas abre lacunas em relação à fundamentação da tolerância e dos limites do intolerável. E isto, até hoje, gera debates e questionamentos.

No ano passado (1995) a UNESCO promoveu debates internacionais sobre a tolerância. Já em 1993 um grupo de 43 intelectuais subscreveu na Europa um “Apelo à Vigilância”, em que os signatários se comprometiam a não mais tomar parte em publicações, encontros, seminários, programas da mídia patrocinados pela extrema direita. A alegação era de que idéias, ou sistemas de idéias, muitas vezes, têm forte poder de sedução, e era preciso não se deixar capturar pelas ideologias de extrema direita, ontem e hoje fascistas e nazistas da mesma forma. Críticos deste “Apelo à Vigilância” acusaram os seus signatários de intolerantes e retrógrados, alegando que a divisão ideológica entre “esquerda” e “direita” era arcaica.

Em resposta a esta acusação, alguns intelectuais do “Apelo à Vigilância”, se manifestaram de acordo com a constatação de que a classificação tradicional em “esquerda” e “direita” já não serve mais como chave de interpretação do momento político atual. Isto porque hoje existem partidos, supostamente da esquerda, que assumem posições tradicionalmente reservadas à direita e vice-versa. E esta nova situação exigiria análises novas. Mas, segundo estes intelectuais, seria um grande equívoco pensar que tudo mudou. E entraríamos numa grande confusão se aceitássemos que hoje todas as idéias têm o mesmo valor e que nada, em circunstância nenhuma, é rejeitável. Quando se concorda que as regras do jogo político e ideológico estão em processo de mudança, isto não significa que não existam mais regras. O que ocorre é um reembaralhamento das “cartas”. Mas as “cartas” continuam as mesmas. Se tomamos os nazistas de ontem e os neo-nazistas de hoje, constatamos que entre eles não há diferença essencial. possuem o mesmo ódio xenófobo e a mesma determinação destrutiva. A diferença está no

fato de os nazistas de ontem terem sacrificado milhões de seres humanos, e os neo-nazistas de hoje apenas terem sacrificado algumas dúzias, talvez por ainda não terem tido oportunidade para sacrificarem mais. E isto se pode dizer de qualquer outro grupo ideológico destrutivo, seja ele neo-moderno, moderno, ou pós-moderno.

Diante desta realidade o “Apelo à Vigilância” recorda aos intelectuais, em geral, e aos filósofos, em especial, a responsabilidade em traçarem a divisão entre o tolerável e o intolerável nos tempos de hoje. Este dever em fixar limites entre a tolerância e o intolerável indica que “tolerância” não significa renúncia a qualquer escolha, ou diferenciação ao que se considera danoso para o ser humano. Para que alguém se possa considerar tolerante, é preciso que saiba fixar os limites para o intolerável. Isto não significa, a meu ver, excluir do diálogo quem tem idéias diversas das nossas. Mas, para que haja diálogo, debate, discussão é necessário evitar a “captura” do interlocutor. Há situações em que a simples presença a um lugar (palanque, por exemplo), a um debate, é interpretado como “captura”. Por exemplo, se alguém vai a um congresso do Reverendo Moon, a opinião será que ele pertence à Igreja de Moon. Se um filósofo frequenta as “cortes” palacianas, nada mais natural que imaginar que ele foi “capturado” pela ideologia que anima estas “cortes”.

De acordo com este raciocínio, podemos dizer que o presente Congresso da ANPOF é um exemplo de tolerância, pois não parece que aqui alguém queira “capturar” alguém. Aqui há filósofos com as mais diversas opiniões e teorias, expondo seus pontos de vista. Mas o objetivo deste Congresso não se atingiria se não houvesse possibilidade de confrontarmos nossos pontos de vista. O diálogo e a tolerância exigem que ninguém busque subjugar os outros à sua opinião. Para o filósofo o convencimento só poderá provir da validade dos argumentos. São intoleráveis situações em que se diz, por exemplo: “você é livre, você pode dizer o que quiser, mas se você está aqui é porque você é um dos

nostros”. Uma tal situação não se caracteriza mais como ambiente de diálogo, mas de “captura”. O que seria intolerável para um intelectual. Dali o sentido de um apelo constante à vigilância, pois há “lugares”, não só físicos, mas também filosóficos e ideológicos, que imediatamente se caracterizam como “lugares” de captura. Dali a necessidade de filósofos capazes de qualificar e definir teses e ideologias, avaliando a sua influência e o seu poder de sedução, benéfico ou maléfico. O que as torna toleráveis ou intoleráveis.

É interessante observar que as mesmas palavras adquirem um significado diferente, dependendo do lugar e do contexto em que são pronunciadas ou impressas. É o poder do lugar. Vejamos exemplos simples:

É diferente criticar a monarquia em Estocolmo ou em Paris; pregar o feminismo nos Estados Unidos, ou na Arábia Saudita; contar certas piadas sobre os portugueses no Brasil, ou em Portugal. Muito característico é o caso daquele ateu que tinha como seu melhor amigo um jesuíta. Durante a vida trabalhavam e opinavam juntos. Mas quando chegou a hora da morte, o ateu não quis a presença do jesuíta, pois isto poderia significar que se quisesse converter ou confessar.

O discurso pode até ser inocente, mas as circunstâncias o poderão agravar. Por isto a atitude de vigilância constante do filósofo em relação a tudo que ocorre. A tolerância exige discernimento. Não é que tenhamos que desconfiar de tudo e de todos, pois isto talvez caracterizasse um espírito de intolerância. Mas, em relação ao tolerável e ao intolerável, deve haver uma vigilância constante, pois, como já disse antes, para ser tolerante é preciso fixar os limites do intolerável. Mas, para fixar limites, será que não deveríamos ser “donos da verdade”? A consciência de “donos da verdade”, provavelmente, nos tornaria intolerantes. Como então fixar limites ao intolerável? Isto somente poderá ser feito a partir de opiniões preferenciais e de convencimentos. Contudo, ao que parece, não seriam apenas as opiniões e as convicções que nos

garantiriam a tolerância. Nem o relativismo, nem o dogmatismo garantem tolerância. As opiniões preferenciais e as convicções do filósofo devem estar baseadas em suas reflexões. Desta forma surgirão horizontes sistêmicos de valores, que permitirão vislumbrar um “universal” intolerável. Isto é, “intoleráveis” independentes de diferenças culturais, educacionais ou religiosas.

Um destes “universais intoleráveis”, ao que parece, poderíamos fixar a partir duma “ética do corpo”. Neste sentido seria intolerável, por exemplo, não deixar alguém dormir, impedi-lo de comer, de falar, seqüestrá-lo, torturá-lo, discriminá-lo por racismo, etc... Até poderíamos interpretar toda a história das intolerâncias humanas, a partir desta “ética do corpo”.

Em relação a esta “ética do corpo” a questão da tolerância e da intolerância, ao que parece, não pode mais ficar restrita ao campo das opiniões, das ideologias, dos dogmas. Ela também se transforma num problema de “ação”.

Para finalizar minhas considerações, a tolerância não parece ser simplesmente uma questão ideológica de “esquerda” ou de “direita”, de diálogo com este ou com aquele, de concessões ou renúncias a convicções. Não temos direito de taxar ninguém de fascista, comunista, anarquista, de disso ou daquilo, só porque não pensa como nós. Contudo espera-se do filósofo a capacidade de identificar as ideologias e as ações toleráveis e as intoleráveis, e dar as razões para isto. E isto nem sempre é difícil, assim como não foi difícil identificar a muitos que foram a favor ou contra Hitler, ou de outros regimes totalitários.

Sem dúvida, para que a tolerância se estabeleça como virtude é preciso considerar os seus múltiplos aspectos. E para isto há necessidade de uma vigilância constante.

## Referências Bibliográficas.

CARTAS DE ALGUNOS JUDIOS PORTUGUESES, ALEMANES Y POLACOS Á VOLTAIRE. Madrid, Oficina “Don Francisco Martinez Dávila”, 1822, v. I, v. II, v. III.

CHAUI, Marilena de Souza. Da realidade sem mistérios ao mistério do Mundo. São Paulo, Brasiliense, 1983.

ECO, Umberto. Tolerance and the intolerable, in: INDEX ON CENSORSHIP. London, may-june 1994, p. 47-55.

ENCYCLOPÉDIE OU DICTIONNAIRE DES SCIENCES, DES ARTS ET DES MÉTIERS PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES. Paris, Librairies Associées, 1777, Verbeté “Tolerância”, t. IV, p. 591.

CRANSTON, Maurice. Toleration, in: The Encyclopedia of Philosophy. New York / London, Collier Macmillan, 1972. v. 7, p. 143-146.

MARCUSE, Herbert. Repressive Tolerance, in: A Critique of Pure Tolerance. Boston, Beacon Press, 1968, p. 82-3.

VOLTAIRE. Dicionário Filosófico. São Paulo, Abril Cultural, 1973.